



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

22.12.2009

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição da Sr.^a Máire GEOGHEGAN-QUINN, Comissária indigitada para a Investigação, inovação e ciência

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pela Sr.^a Máire GEOGHEGAN-QUINN.

O Secretariado

CM800897PT.doc

PE431.148v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

RESPOSTAS DA COMISSÁRIA INDIGITADA
Máire GEOGHEGAN-QUINN
(Investigação, inovação e ciência)
AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Fui sempre uma apoiante convicta da União Europeia, o projecto de paz com maior êxito em todo o mundo. Nos últimos 25 anos, tenho trabalhado no próprio cerne da União Europeia.

Como membro do Governo irlandês com responsabilidade pelos assuntos europeus entre 1987 e 1991, coordenei a organização da Presidência irlandesa da União Europeia que teve lugar em 1990.

No quadro das minhas funções durante a Presidência da UE, fui responsável pelas relações com o Parlamento Europeu e fui a delegada da Irlanda às reuniões do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros. Dirigi também reuniões dos Conselhos Orçamento, Cultura, Desenvolvimento e Telecomunicações durante o semestre que durou a Presidência.

Prosegui a minha experiência europeia e política assumindo o cargo de Ministro da Irlanda responsável pelo Turismo, Transportes e Comunicações (1992-1993) e de Ministro da Justiça (1993-1994). Representei o Governo irlandês nas correspondentes reuniões do Conselho de Ministros durante esse período de três anos.

Como membro do Tribunal de Contas Europeu, mantive desde Março de 2000 amplos contactos políticos com o Parlamento Europeu e com a Comissão Europeia sobre toda uma série de questões europeias no quadro das minhas responsabilidades.

Ao longo da minha carreira, foram-me confiadas importantes responsabilidades políticas que considero serem, todas elas, altamente relevantes para o domínio de competências que me é proposto na Comissão Europeia.

Sou motivada pela necessidade de assegurar a promoção, a defesa e o permanente respeito das iniciativas políticas, económicas e sociais prosseguidas pela União Europeia.

Como membro do Tribunal de Contas Europeu e na minha qualidade de antigo Ministro do Governo da Irlanda, sei bem como funcionam na prática os importantes princípios da colegialidade e da responsabilidade colectiva.

No Tribunal de Contas Europeu, sempre desempenhei as minhas funções decorrentes do Tratado com total imparcialidade e independência.

Se vier a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, prosseguirei com total independência o meu trabalho político ao serviço de todos os cidadãos da União Europeia. Respeitarei plenamente o espírito e os termos do Tratado e o Código de Conduta dos Comissários Europeus.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Trabalharei para defender os interesses da União Europeia de forma colegial. Esta forma de trabalho é particularmente importante ao tratar de questões políticas que sejam directamente da minha competência política mas que estejam estreitamente ligadas aos domínios de actividade de outros comissários europeus.

Tudo farei para assegurar o cumprimento das orientações políticas para a próxima Comissão, apresentadas ao Parlamento Europeu pelo Presidente José Manuel Barroso. Na minha opinião, a plena aplicação destes importantes objectivos políticos exige uma total cooperação e parceria com o Parlamento Europeu.

Sou uma forte defensora do Tratado de Lisboa, que confere poderes novos e reforçados ao Parlamento Europeu.

Enquanto membro do Tribunal de Contas Europeu, tive o privilégio e a oportunidade de manter estreitos contactos políticos com os membros do Parlamento Europeu.

Fui também eleita por oito vezes como membro do Parlamento irlandês. Esta experiência política deu-me plena consciência da importância que tem a democracia parlamentar.

Caso venha a ser confirmada como membro da Comissão Europeia, tudo farei para estabelecer um diálogo altamente construtivo e um fluxo regular, transparente e em tempo útil de informações com o Parlamento Europeu sobre todas as principais vertentes políticas e legislativas do meu domínio de competência. Para terem êxito na realização das prioridades políticas da União, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu devem estabelecer uma relação de muito estreita colaboração, baseada na abertura, confiança e respeito mútuo.

Estou plenamente empenhada em trabalhar com o Parlamento Europeu de acordo com o espírito e as disposições jurídicas do Acordo-Quadro estabelecido entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.

Enquanto membro da Comissão Europeia, seria responsável e prestaria contas perante o Parlamento Europeu pelos programas políticos que realizasse.

3. Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação com o Parlamento e as suas comissões, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Estou decidida a cooperar estreitamente com o Parlamento Europeu para podermos enfrentar eficazmente os graves desafios políticos com que se confronta a União Europeia nos domínios da investigação, inovação e ciência. O Parlamento Europeu desempenhará um papel central nestas questões políticas de importância vital.

Importa sublinhar que o Tratado de Lisboa confere novos poderes às instituições da UE no domínio da política de investigação. Ao abrigo deste Tratado, o reforço da base científica e tecnológica passou a ser um objectivo específico da União Europeia.

No âmbito do artigo 182.º, n.º 5, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) são conferidas, de acordo com as regras do processo legislativo ordinário, competências específicas às instituições da UE para adoptarem as medidas que sejam consideradas necessárias a fim de criar com êxito um Espaço Europeu da Investigação (EEI).

Além disso, no âmbito do artigo 181.º do TFUE, o Tratado de Lisboa esclareceu qual o tipo de iniciativas que a Comissão Europeia pode adoptar a fim de promover a coordenação das actividades de investigação entre os vários Estados-Membros da UE.

Examinarei com toda a atenção quaisquer pedidos formulados pelo Parlamento Europeu no sentido da adopção de novas medidas legislativas. Apresentarei periodicamente relatórios ao Parlamento Europeu sobre o meu trabalho como membro da Comissão Europeia.

Posso assegurar aos membros do Parlamento Europeu que quaisquer questões de ordem política que por eles me sejam remetidas serão por mim tratadas de forma equitativa, completa, exhaustiva e não discriminatória. Tudo farei para que beneficiem de acesso directo sempre que tal seja necessário.

Estou decidida a implementar um programa de acção com o Parlamento Europeu, baseado nos princípios da parceria, transparência e eficiência.

A União Europeia é mais eficaz e pode alcançar importantes objectivos políticos, económicos e sociais, quando o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia trabalham conjuntamente prosseguindo objectivos comuns de uma forma determinada, estruturada e cooperativa.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

Dou grande prioridade a que seja estabelecida a nível europeu uma clara incidência estratégica nos domínios políticos da investigação, inovação e ciência, a fim de permitir a plena realização da estratégia da UE para 2020. Quero assegurar que as questões ligadas à investigação, inovação e ciência se encontrem sempre no centro da decisão política da União Europeia. Esta incidência estratégica é necessária para manter e criar emprego na economia baseada no conhecimento da Europa, para que a UE continue a ser um pólo de atracção para o futuro investimento directo estrangeiro e para acelerar o relançamento económico.

Temos condições para desenvolver uma economia competitiva e inteligente na Europa. A UE pode vir a ser um centro de excelência mundial nos domínios da investigação, da inovação e da ciência.

Mas para alcançar estes objectivos políticos, todas as partes interessadas dos sectores público e privado na UE devem trabalhar conjuntamente num espírito de parceria e cooperação. Devem ser postas em prática políticas que reforcem a quinta liberdade na Europa e devemos assegurar a liberdade de circulação da informação e dos conhecimentos nos domínios da investigação, da inovação e da ciência na Europa.

Será necessário um maior nível de cooperação internacional nos domínios da investigação, inovação e ciência para enfrentar com êxito os «grandes desafios globais» de hoje, nomeadamente as alterações climáticas, a segurança energética e o envelhecimento da população.

Quero construir um Espaço Europeu da Investigação (EEI) moderno, dotado de instrumentos estratégicos para fazer face aos problemas com que se confronta a economia e a sociedade europeia. Estou firmemente decidida a pôr em prática o processo de Liubliana de 2008, que procura reforçar a cooperação entre a União Europeia e cada um dos Estados-Membros nos domínios da investigação.

Para que o funcionamento concreto do 7.º programa-quadro passe a ser mais eficiente e convivial, é necessário simplificar os seus procedimentos financeiros e administrativos actualmente em vigor. Devem ser instituídas políticas que assegurem no futuro um maior nível de participação no 7.º PQ por parte das pequenas e médias empresas.

As políticas destinadas a desenvolver o Espaço Europeu da Investigação e os programas-quadro de investigação da UE devem estar associadas a uma estratégia de inovação. São necessárias ligações mais estreitas entre os investigadores e a indústria a fim de aproveitar ao máximo as vantagens comerciais e sociais que os cidadãos europeus podem retirar dos produtos inovadores recentemente desenvolvidos.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

Temos de dar provas de uma liderança clara e decisiva se queremos fazer face aos desafios que se colocam à sociedade do conhecimento europeia.

Comprometo-me a adoptar as medidas necessárias para assegurar a plena realização do Espaço Europeu da Investigação. Farei uma avaliação aprofundada dos progressos que já foram realizados para cumprir o nosso objectivo político específico de desenvolver um Espaço Europeu da Investigação moderno.

A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu devem ponderar as iniciativas, novas e viradas para o futuro, de que necessitamos para que o Espaço Europeu da Investigação esteja apto a enfrentar um mundo cada vez mais competitivo e globalizado. Conjuntamente, a UE deve fixar objectivos estratégicos e políticos claros. Devemos assegurar que dispomos das estruturas de governação que permitam à União Europeia tirar o maior partido de um Espaço Europeu da Investigação produtivo, competitivo e inovador.

Estou firmemente decidida a iniciar em 2010, juntamente com o Parlamento Europeu, uma ampla revisão intercalar do programa-quadro de investigação da UE. No contexto desse processo de revisão, devemos examinar atentamente a melhor forma de estabelecer procedimentos mais simplificados para o futuro funcionamento do 7.º PQ. A revisão coincide com a redefinição que faremos das prioridades políticas, económicas e sociais, tanto na União Europeia como num contexto internacional. As alterações que venham a ser introduzidas em resultado deste processo de revisão devem respeitar os seguintes princípios orientadores: previsibilidade, consistência, acessibilidade e responsabilidade.

Será elaborado em 2010 o documento de orientação da Comissão Europeia sobre a inovação, que deve indicar claramente qual o papel das políticas em matéria de inovação na estratégia da UE para 2020. aguardo também com expectativa o trabalho que irei desenvolver com os meus colegas sobre o Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas, um importante instrumento para podermos cumprir os nossos compromissos para 2020.

A Comissão Europeia e o Parlamento Europeu devem trabalhar em estreita colaboração para identificar as iniciativas a lançar neste contexto político. Entre as questões a abranger pela revisão, poderiam ser incluídos os contratos públicos, os capitais de risco, os direitos de propriedade intelectual, a formação para o conhecimento, os entraves técnicos e as questões regulamentares. A UE pode trazer com êxito a inovação para o topo da agenda política na Europa se todas as partes interessadas e todos os intervenientes trabalharem de forma coordenada, determinada e concertada.

A cooperação internacional deve ser reforçada para que possamos trabalhar conjuntamente e utilizar os melhores recursos científicos e tecnológicos disponíveis a fim de dar uma resposta eficaz a problemas globais como as alterações climáticas. Utilizarei as competências do

Centro Comum de Investigação para conseguir que a União Europeia ponha em prática políticas de apoio ao desenvolvimento de tecnologias hipocarbónicas. Serão assim criadas condições para ajudar a União Europeia a alcançar os seus objectivos em matéria de luta contra as alterações climáticas.

Posso assegurar aos membros do Parlamento Europeu que procederei a uma rigorosa avaliação do impacto de todas as novas iniciativas. Tendo exercido o cargo de Ministro em três Governos irlandeses, disponho de ampla experiência no domínio da elaboração de legislação. Além disso, o meu trabalho no Tribunal de Contas Europeu é uma garantia de que a boa gestão financeira, a optimização dos recursos e a transparência serão elementos intrínsecos de todas as novas propostas.